

Fábio Giambiagi

"A política consiste em escolher entre o desgradável e o desastroso"

(J.K. Galbraith)

O acontecimentos do inicio do ano na Venezuela foram encarados por parte de uma serie de analistas como a prova mais cabal da inviabilidade dos esquemas classicos de ajuste associados a ortodoxia. A mensagem que os cadáveres de Caracas teriam deixado seria, conforme esses críticos, muito clara, partindo do pressuposto de que a população rejeita planos desse tipo: "Com tais ajustes, não ha saída".

O raciocínio, contudo, se inverte, quando se verifica que não ha registro histórico de países afetados por fenômenos de alta inflação que não tenham passado por uma fase de aperto fiscal significativo, atingindo êxito no combate a inflação. Nesse caso, a conclusão oposta: "Sem ajuste, não ha solução". Sendo assim, ao invés de tomar comportamento social como um dado para as decisões econômicas, ha que operar no sentido contrário: conhecendo as limitações impostas pela realidade econômica, e precisando agir com franqueza, expor a verdade nua e crua à sociedade. Dessa forma, desestimulando no presente a formação de expectativas otimistas, podem ser minimizadas as reações futuras passíveis de ocorrer quando forem tomadas as medidas exigidas pela gravidade das circunstâncias.

Seria extremamente importante, nesse sentido, que as promessas dos candidatos à presidência da República fossem condicionadas pelo cenário que o escolhido deveria encontrar ao tomar posse em março. Com honrosas exceções, porém, não é isso o que está acontecendo. O eleitorado, vendo induzido à optar, em função de propostas de uma grosseira ingenuidade, que não levam em consideração o quadro provavelmente dramático a ser vivido pelo país no inicio do próximo ano.

A economia tem algumas leis que não podem deixar de ser levadas em conta. Ela não é, entretanto, uma ciência exata. Se hoje fosse feita uma consulta aos mais famosos economistas do país acerca de qual sera a inflação mensal que o próximo governo receberá em março como herança, as respostas variariam entre um piso de 20% e um máximo da ordem de 50%. Isso revela a fragilidade de conhecimento em economia e quanto distante ela está do *status* de uma ciência séria. Revela também o grau das dificuldades que o futuro presidente terá pela frente a partir da primeira dia de governo.

A trajetória da taxa mensal de inflação no período maio-março pode ser dividida em três fases, admitindo que o atual governo não promova um novo choque até final da sua gestão. Em maio quase certamente teremos um salto em relação aos níveis da inflação de março/abril, associado ao começo do descongelamento. No período junho-outubro sera muito difícil evitar algum grau de aceleração das taxas, causado pela descompressão das tensões de preços relativos acumuladas desde janeiro e pelas demandas por reposição de pelo menos parte da inflação de 70% de janeiro que o governo, corretamente, pretendeu impedir que fosse adotada como parâmetro para os reajustes pós-Plano Verão. Finalmente, no período novembro-março, deveremos ter uma intensificação do processo de aceleração inflacionária, por conta das turbulências típicas da transição entre uma administração e outra, fenômeno esse que com maior ou menor força já ocorreu no Brasil em 1984/85, bem como na Argentina em 1983 e na atualidade.

É quase certo, portanto, que novo governo assuma tendo que implementar de imediato um plano de estabilização. Vale lembrar que, mesmo que a inflação mensal seja em março de apenas 20%, a taxa anualizada correspondente a isso é da ordem de 800%. Seria tão elevada, que é inconcebível pensá-la convivendo com ela. Tal estratégia

pode, ate ser válida no ultimo ano de um governo, mas inaceitável no primeiro ano de um governo comandado por um presidente montado em 30 ou 40 milhões de votos.

A questão colocada é então: saber que contornos terá essa política de estabilização. Há uma serie de duvidas a esse respeito. Dois componentes, entretanto, deverão constar obrigatoriamente de qualquer menu de medidas integrantes do plano: a) Um corte drástico do deficit público; e b) O abandono da inflação passada imediatamente anterior para efeito dos reajustes futuros. É evidentemente desejável que estas questões possam ser tratadas com tranquilidade, num processo de negociação social entre as partes envolvidas, que implicasse racionalidade técnica e cooperação política. Isso permitiria definir uma política de rendas semelhante a que foi adotada com grande êxito, por exemplo, em alguns países da Europa.

Infelizmente, porém, e preciso levar em conta que as obras de engenharia política e social não se costumam coadunar com o pânico. Em outras palavras, o princípio da neutralidade distributiva e a predisposição para o dialogo devem constituir a base deseável, a partir da qual se define a política de estabilização de um governo democrático. Como, entretanto, o espaço para soluções negociadas é neutras, se encarta na medida em que a crise se agrava, um governo deve contar sempre com uma alternativa para adotar no caso de consenso não ser possível. No limite, quando a própria governabilidade do país está ameaçada, simplesmente não sobra espaço para soluções que não impliquem perdas. E, nesse caso, os planos de estabilização acabam por ser implementados com a ajuda de um acougueiro, para mencionar a expressão que um conhecido economista utiliza para se referir ao bem-sucedido programa antinflacionário adotado em 1985 na Bolívia.

Concretamente, isto significa que se a hiperinflação bater a nossa porta, uma serie de controvérsias se tornará bizantina, não mais será questão de discutir se o deficit público deve ser contido ou não, ou se o salário a ser defendido é o da media ou... de pico. O suor e as lagrimas, nesse caso, virão de qualquer forma, queremos ou não. O unico dilema a ser enfrentado sera então o seguinte: dado que a perda é certa, ou ela é aceita, e dessa forma a sociedade contribui para que o proximo governo tenha êxito, ou ela não é aceita, e então a espiral preços-salários atingira dimensões imeditas e o país se tornara inadministrável, com a hipótese de um golpe militar acabara sendo reintroduzida na política com um dos desfechos possíveis dessa história.

Temos que ser realistas. A economia brasileira encontra-se em uma situação muito grave com a perspectiva de uma inflação ascendente, um risco não desprezível de continuidade de um episodio hiperinflacionário. Ela precisa de um ajuste fiscal drástico que reduza as necessidades de financiamento do setor publico, e aos redores do governo tranquilidade quanto a capacidade deste de honrar os seus ultulos. Por outro lado, é fato de que uma candidatura, talvez, desvinculada de qualquer grupo organizado da sociedade seja a preferida do eleitorado nas eleições presidenciais: uma evidência inequívoca da falência das estruturas de representação do país. Consequentemente, sendo preciso fazer um ajuste e tendo talvez que aplicá-lo sem acordo prévio, é necessário preparar o eleitorado para essa eventualidade. Isto porque aplicar um plano de estabilização rejeitado frontalmente pela sociedade é tão ruim quanto adotar um programa de crescimento que seja politicamente consensual, mas economicamente inviável. No primeiro caso, o saldo e ter os tanques na rua. No segundo, o resultado é o aumento da inflação e o colapso das contas externas. Entre ambos os extremos, está a alternativa da estabilização com aceitação social. Para que esta seja viável, porém, a população tem que ser informada durante a campanha acerca do que terá que sofrer depois da posse, de modo a evitar que a política a ser adotada venha a ser maculada pela marca indeleve de traição.

Fábio Giambiagi é professor da FEA/UFRJ e economista do BNDES cedido ao Inpes/ipea

11 MAI 1989